



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

Aos 13 dias do mês de janeiro de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

- 1. Aprovação da ata n.º 93;**

- 2. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 606/XIV/2.ª (PSD) - "Aprova o regime jurídico da desclassificação de contratos ou outros documentos que comprometem o Estado ou outras entidades integradas no perímetro orçamental em sectores fundamentais"; Autor: Deputado Fernando Anastácio (PS)**

- 3. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 584/XIV/2.ª (CDS-PP) - "Determina a identificação e publicitação de todas as taxas cobradas pela prestação de qualquer serviço por entidades públicas ou concessionárias de serviços públicos, eliminando as indevidas por inexistência de uma contraprestação"; Autor: Deputado Carlos Silva (PSD)**

- 4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 43/XIV/1.ª (GOV) - "Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual";**

- 5. Discussão e votação da Proposta de Lei n.º 15/XIV/1.ª (ALRAM) - "Procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro - Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as**



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário";

6. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 413/XIV/1.ª (PAN) - "Assegura um tratamento justo aos bombeiros voluntários (Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, e do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março)";

7. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 254/XIV/1.ª (PS) - "Procede à interpretação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, clarificando o respetivo âmbito subjetivo de aplicação";

8. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 270/XIV/1.ª (PSD) - "Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio";

9. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 420/XIV/1.ª (PAN) - "Estabelece uma avaliação independente obrigatória do impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas e da viabilidade económica e financeira dos contratos de Parceria Público-Privada (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio)";

10. Discussão do Projeto de Resolução n.º 806/XIV/2.ª (PSD) - "Recomenda ao governo a afetação das verbas remanescentes da execução do PART em 2020 reafectando às autoridades de transporte que delas necessitem pela sua efetiva elevada taxa de execução";

11. Discussão e votação do Projeto de Regulamento da Comissão de Orçamento e Finanças, revisto à luz das novas disposições do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020, de 31 de agosto;

12. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia COM (2020)595 - "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro e



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

que altera os regulamentos (CE) n.º 1060/2009, (UE) n.º 648/2012, (UE) n.º 600/2014 e (UE) n.º 909/2014"; Cabe ao GP PS

13. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia COM (2020)749 - "Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE no que respeita à atribuição de competências de execução à Comissão para determinar o significado dos termos utilizados em determinadas disposições dessa diretiva". Cabe ao GP PSD

14. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 615/XIV/2.ª (PSD) - "Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, clarificando os critérios de concessão de benefícios às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira"; Cabe ao GP BE

15. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª (CDS PP) - "Conta-corrente entre os Contribuintes e o Estado"; Cabe ao GP PSD

16. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 626/XIV/2.ª (PAN) - "Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual"; Cabe ao GP PS

17. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 634/XIV/2.ª (PAN) - "Aprova um regime jurídico de transparência dos contratos, acordos e outros documentos relativos a operações que determinem a utilização ou disponibilização de fundos públicos relativamente a entidades pertencentes a sectores estratégicos"; Cabe ao GP PSD

18. Outros assuntos.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. Aprovação da ata n.º 93;

A ata foi aprovada por unanimidade na ausência do BE, CDS-PP, CH e IL.

O Senhor Deputado André Silva (PAN) pediu a palavra para, caso esteja ausente na discussão e votação dos pontos 5 e 6 da OD, indicar o sentido de voto do PAN nas duas iniciativas, sendo, em ambos os casos, a favor.

2. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 606/XIV/2.ª (PSD) - "Aprova o regime jurídico da desclassificação de contratos ou outros documentos que comprometem o Estado ou outras entidades integradas no perímetro orçamental em sectores fundamentais";

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) apresentou o parecer de que é autor tendo sublinhado que, apesar de não o mencionar no parecer, entende que a matéria em causa nesta iniciativa não se enquadra nas competências próprias da COF, mas sim da 1.ª Comissão, que neste momento está apenas como comissão conexa, conjuntamente com a 6.ª Comissão. Aproveitou ainda para informar que é também o autor do parecer na 1.ª Comissão.

Seguidamente, o Senhor Deputado Hugo Carneiro (PSD) interveio por videoconferência para cumprimentar o Deputado relator e dar acordo às consultas sugeridas, admitindo até que pudessem ser solicitadas outras, além das mencionadas.

O Senhor Presidente aproveitou para manifestar o seu entendimento, já anteriormente expresso pelo Deputado Fernando Anastácio, de que, sobretudo da leitura do artigo 2.º, se conclui que a iniciativa versa, transversalmente, sobre o acesso a documentação contratual de entidades públicas, não se centrando apenas em questões orçamentais. Na ausência de qualquer objeção, o Senhor Presidente comprometeu-se a sinalizar esta questão ao PAR, colocando à sua consideração a redistribuição à 1.ª Comissão.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade na ausência do PAN, CH e IL.

3. Discussão e votação do parecer do Projeto de Lei n.º 584/XIV/2.ª (CDS-PP) - "Determina a identificação e publicitação de todas as taxas cobradas pela prestação de qualquer serviço por entidades públicas ou concessionárias de serviços públicos, eliminando as indevidas por inexistência de uma contraprestação";

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) apresentou o parecer de que é autor, posto o que o mesmo foi colocado a votação tendo sido aprovado por unanimidade na ausência do PAN, CH e IL.

4. Discussão e votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 43/XIV/1.ª (GOV) - "Reforça as garantias dos contribuintes e a simplificação processual";

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) pediu a palavra para solicitar o adiamento deste ponto da OD.

5. Discussão e votação da Proposta de Lei n.º 15/XIV/1.ª (ALRAM) - "Procede à alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro - Pela eliminação da tributação, em sede de IRS, sobre as compensações e subsídios auferidos pelos bombeiros portugueses na prestação do serviço voluntário";

O Senhor Presidente, começou por recordar que, tanto esta iniciativa como a seguinte, que versa sobre matéria conexas, baixaram sem votação na generalidade e que, em ambos os casos, não foram apresentadas propostas de alteração, posto o que perguntou se algum Deputado pretendia intervir.

A discussão iniciou-se com a intervenção inicial do Senhor Deputado Nuno Sá (PS) que explicitou as razões que fundamentam o voto contra do PS nesta iniciativa. Referiu que, no seu entendimento, os pressupostos da iniciativa não correspondem à realidade, enfermando de lapsos e erros que viciam as propostas. Remeteu para as

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

conclusões relatório n.º 17 da UTAO, que considerou de excelente qualidade, onde se refere que a solução proposta na iniciativa pode até levar ao agravamento da tributação fiscal sobre os bombeiros. Apesar de reconhecer que a intenção da iniciativa foi meritória, sustenta que deve ser encontrada outra solução.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), salientou que o objetivo da iniciativa é o de reduzir a tributação e suscitou uma dúvida relativamente ao artigo 3.º, entretanto esclarecida, sobre qual seria o artigo do CIRS que é revogado (o 17.º ou o 18.º).

O Senhor Deputado Alves (PCP) manifestou o seu acordo com esta iniciativa por isentar de IRS os incentivos ao voluntariado. Sustentou ainda que, de acordo com o citado relatório da UTAO, a perda de receita fiscal é muito pouco significativa, e que esta é uma matéria de justiça fiscal. Sobre o artigo 3.º, entende que, em se isentando os rendimentos de IRS, se justifica a eliminação da tributação autónoma. Admitiu, todavia, que, se a norma for rejeitada, mudará o sentido de voto neste artigo, sendo preferível, neste caso, manter a tributação autónoma.

Finalizado o debate, o Senhor Presidente submeteu a votação a iniciativa, tendo sido rejeitada com os seguintes sentidos de votos: nos artigos 1.º, 2.º e 4.º votou contra o PS, absteve-se o PSD e votaram favoravelmente o BE, PCP, CDS-PP, PAN e IL, e no artigo 3.º votaram contra o PS, BE, PCP, CDS-PP e IL, a favor votou o PAN e o PSD absteve-se.

6. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 413/XIV/1.ª (PAN) - "Assegura um tratamento justo aos bombeiros voluntários (Procede à alteração do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro, do Decreto-Lei n.º 87/2019, de 2 de julho, e do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março)";

No período de debate, a primeira intervenção coube ao Deputado Duarte Alves (PCP) que anunciou o voto favorável nos artigos em que a iniciativa se assemelha à anterior. Declarou que o PCP tinha uma sugestão de alteração da redação dos artigos 3.º e 4.º, sobre as condições de reforma, mas que não a colocaria visto que o proponente já não estava presente na reunião. Assim sendo, anunciou a abstenção do PCP naqueles dois artigos.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

Prosseguiu o Senhor Deputado Nuno Sá (PS), declarando que o PS votaria contra este projeto de lei, salientando ainda que o relatório da UTAO, nas suas páginas 11 e 12, contrariava a afirmação proferida pelo Senhor Deputado Duarte Alves (PCP). Referiu ainda que os pontos 25 e 26 do citado relatório apontam para o agravamento das compensações e subsídios da atividade voluntária de bombeiro dos bombeiros voluntários (não abrangidos pelo artigo 12.º do CIRS), argumentando assim que a redação da iniciativa não vai ao encontro do seu objetivo. Também apontou os inconvenientes económicos, referidos naquele relatório, sobre a alteração da idade da reforma, advogando outros caminhos ou formas para se alcançarem os intuitos da iniciativa, com menor impacto económico e financeiro. Concluiu, manifestando o seu desacordo com o princípio da alteração do sistema de pensões para dar resposta a situações pontuais.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) respondeu ao Senhor Deputado Nuno Sá (PS), esclarecendo que se referia à conclusão constante do ponto 29 daquele relatório da UTAO.

A iniciativa foi depois submetida a votação, tendo sido rejeitados todos os seus artigos, com os seguintes sentidos de votos:

- O artigo 1.º com os votos contra do PS e PSD, a abstenção da IL e os votos favoráveis do BE, PCP, CDS-PP e PAN,
- O artigo 2.º com o voto contra do PS, a abstenção do PSD e os votos favoráveis do BE, PCP, CDS-PP, PAN e IL
- Os artigos 3.º e 4.º com os votos contra do PS e PSD, a abstenção do BE, PCP e IL e os votos favoráveis do CDS-PP e PAN.
- O artigo 5.º com o voto a favor do PAN, a abstenção do PSD e os votos contra do PS, BE, PCP, CDS-PP e IL.

7. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 254/XIV/1.ª (PS) - "Procede à interpretação do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio, clarificando o respetivo âmbito subjetivo de aplicação";

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) solicitou o adiamento deste ponto da OD, bem como dos seguintes pontos 8 e 9.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

- 8. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 270/XIV/1.ª (PSD) - "Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio";**

O Ponto da OD foi adiado, conforme mencionado anteriormente.

- 9. Discussão e votação do Projeto de Lei n.º 420/XIV/1.ª (PAN) - "Estabelece uma avaliação independente obrigatória do impacto na sustentabilidade de médio e longo prazo das finanças públicas e da viabilidade económica e financeira dos contratos de Parceria Público-Privada (3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio)";**

O Ponto da OD foi adiado, conforme mencionado anteriormente.

- 10. Discussão do Projeto de Resolução n.º 806/XIV/2.ª (PSD) - "Recomenda ao governo a afetação das verbas remanescentes da execução do PART em 2020 reafectando às autoridades de transporte que delas necessitem pela sua efetiva elevada taxa de execução";**

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) pediu a palavra para esclarecer que, apesar de o PSD ter requerido a discussão da iniciativa em Comissão, pretende fazê-lo na 6.ª Comissão, onde estas matérias são habitualmente tratadas. Solicitou assim, que se diligenciasse pela sua redistribuição aquela Comissão.

Com a anuência de todos os deputados presentes, o Senhor Presidente comprometeu-se a oficial o PAR no sentido de dar seguimento ao requerido pelo proponente da iniciativa.

- 11. Discussão e votação do Projeto de Regulamento da Comissão de Orçamento e Finanças, revisto à luz das novas disposições do Regimento da Assembleia da República n.º 1/2020, de 31 de agosto;**

O Senhor Presidente tomou a palavra para enquadrar as alterações propostas ao Regulamento explicitando que as mesmas decorrem, com a exceção de uma, das novas disposições do Regimento da Assembleia da República (RAR).

Nesta sequência, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) pediu a palavra para propor duas pequenas alterações à redação daquele documento. A primeira, na alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º, solicitando que se incluísse a referência, conforme se prevê no novo RAR, aos coordenadores dos grupos parlamentares (GP), visto que também



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

devem ser ouvidos na fixação da Ordem do Dia. A segunda, no n.º 1 do artigo 15.º, referia-se à inclusão, nas atas, do registo das posições dos Deputados do GP.

Não havendo propostas de alterações adicionais, o Senhor Presidente submeteu a votação o projeto de Regulamento, incorporando as propostas supramencionadas, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, na ausência do PAN e do CH.

12. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia COM (2020)595 - "Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro e que altera os regulamentos (CE) n.º 1060/2009, (UE) n.º 648/2012, (UE) n.º 600/2014 e (UE) n.º 909/2014";

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS), indicou a Senhora Deputada Vera Braz (PS) como relatora desta iniciativa europeia.

13. Deliberação sobre escrutínio de iniciativa europeia COM (2020)749 - "Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/112/CE no que respeita à atribuição de competências de execução à Comissão para determinar o significado dos termos utilizados em determinadas disposições dessa diretiva".

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) informou que o relator da iniciativa seria o próprio.

14. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 615/XIV/2.ª (PSD) - "Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, clarificando os critérios de concessão de benefícios às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira";

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) informou que a relatora desta iniciativa seria a própria.

15. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª (CDS PP) - "Conta-corrente entre os Contribuintes e o Estado";



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) indicou o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) para autor do parecer.

16. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 626/XIV/2.ª (PAN) - "Procede à criação de mecanismos de transparência relativamente às taxas cobradas no âmbito estadual e das autarquias locais, e assegura a avaliação técnica independente das contrapartidas associadas à cobrança de cada uma das taxas existentes no âmbito estadual";

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) indicou o Senhor Deputado Carlos Brás (PS) para autor do parecer.

17. Designação de autor de parecer do Projeto de Lei n.º 634/XIV/2.ª (PAN) - "Aprova um regime jurídico de transparência dos contratos, acordos e outros documentos relativos a operações que determinem a utilização ou disponibilização de fundos públicos relativamente a entidades pertencentes a sectores estratégicos";

Tendo em consideração que esta iniciativa foi agendada para plenário, por arrastamento, para o dia seguinte, dia 14 de janeiro, dada a manifesta falta de tempo, ficou assente que não seria elaborado parecer.

O Senhor Presidente aproveitou para informar que, sendo o teor desta iniciativa idêntico ao do supracitado Projeto de Lei n.º 606/XIV/2.ª, também neste caso, e no pressuposto da inexistência de qualquer objeção, sinalizaria, junto do PAR, o pedido de redistribuição à 1.ª Comissão.

18. Outros assuntos.

O Senhor Presidente recordou que a nova aplicação da AP entrará em funcionamento no próximo dia 18, segunda-feira, e que por tal motivo, se reiterava o aviso da possibilidade de ocorrerem falhas e problemas no funcionamento da plataforma.



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

Concluiu lembrando que a Conferência de Líderes, agendada para o dia seguinte, iria discutir as implicações, nos trabalhos parlamentares, da renovação da declaração do Estado de Emergência.

A reunião foi encerrada às 16:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 janeiro de 2021.

O Presidente

(Filipe Neto Brandão)



COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

ATA NÚMERO 94/XIV/ 2.ª SL

Reunião de 13 de janeiro de 2021

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Alberto Fonseca
Ana Paula Vitorino
André Silva
Carlos Brás
Carlos Silva
Cecília Meireles
Duarte Alves
Eduardo Teixeira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Hortense Martins
Hugo Carneiro
João Cotrim de Figueiredo
João Gouveia
João Paulo Correia
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Balseiro Lopes
Mariana Mortágua
Miguel Matos
Nuno Sá
Vera Braz
Ana Miguel dos Santos
António Gameiro
Hugo Costa
Lina Lopes

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Duarte Pacheco

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

André Ventura